

SINTEGO garante reajuste de 6,81% para professores/as da rede estadual de Goiás



Em audiência com o SINTEGO, o governador de Goiás, José Eliton, anunciou o pagamento do reajuste do Piso Nacional dos/as Professores/as da rede estadual, na folha do mês de agosto. A proposta negociada entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) e o Governo do Estado, reajusta os vencimentos para mais de 30 mil professores/as – em todos os níveis (PI, PII, PIII, PIV), de 6,81%, retroativo a janeiro de 2018, para professores/as níveis I e II, e a julho para níveis III e IV. O reajuste será dado para servidores/as ativos/as e aposentados/as.

Na proposta apresentada pelo governo o pagamento do retroativo, tanto para os/as professores/as PI e PII (retroativo a janeiro) e PII e PIV

(retroativo a julho), serão parcelados, até o final do ano. O SINTEGO vai, agora, entrar judicialmente para garantir o pagamento dos seis meses retroativos para os professores/as nível PII e PIV.

Na audiência, realizada na tarde de 19 de junho, além do governador e da presidenta do SINTEGO, Bia de Lima, estavam os secretários da Fazenda, Manoel Xavier, o então secretário da Educação, Cultura e Esportes, Marcos das Neves e representantes das regionais do SINTEGO de todo o estado.

A presidenta Bia de Lima explicou que a proposta que o SINTEGO defendia era estender o pagamento do reajuste retroativo a toda carreira (PI, PII, PIII e PIV). Agora, o sindicato busca a

correção da tabela para os Administrativos/as. A presidenta Bia afirmou ao governador que a atualização da tabela para esses servidores é prioridade. “Fico feliz sim, em anunciar o reajuste do Piso Nacional aos/as professores/as, mas a nossa categoria é muito maior e não podemos deixar de exigir que o Governo atenda também os/as servidores/as administrativos/as, para que tenham a tabela corrigida,” afirmou a presidenta Bia.

Ao final da reunião, o governador determinou que o secretário da Fazenda e o de Educação, Cultura e Esporte, juntamente com o SINTEGO, trabalhem em uma proposta para correção da tabela salarial dos/as servidores/as administrativos/as da Educação.



Tabela para os/as administrativos/as é a prioridade



SINTEGO garante eleições para diretor/a



SINTEGO cobra pagamento das progressões

Nova tabela para os/as administrativos/as é prioridade para o SINTEGO

Em reunião com a diretoria estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), realizada no dia 10/08, foi deliberado que a luta pela nova tabela dos/as servidores/as administrativos/as continua sendo a prioridade para o SINTEGO. “Temos compromisso de lutar por reajuste para os/as servidores/as administrativos/as, ainda esse ano,” afirmou na reunião a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima.

Os/as servidores/as administrativos/as correspondem aos que possuem os menores salários da Educação, existindo, inclusive, vários casos desses profissionais que tem o vencimento inicial abaixo do salário mínimo, pois, houve a incorporação de gratificações (como o quinquênio e o incentivo profissional –



profucionário) ao vencimento inicial, com vistas a atingir o valor do salário mínimo. “Um absurdo com aqueles/as que tem o menor salário do Governo de Goiás”, afirmou Bia de Lima.

Por isso, o desmembramento das gratificações desses ven-

cimentos é prioridade na pauta do SINTEGO. A presidenta do SINTEGO, Bia de Lima, lembra que, para essa situação ser corrigida, não precisa do governador aprovar lei, ou passar qualquer medida pela Assembleia Legislativa: “basta o governo mudar

o parecer da Procuradoria Geral do Estado e colocar na folha de pagamento”, analisou.

No início, a SEDUCE havia identificado que essa situação acontecia com 330 servidores/as ativos/as. Mas, posteriormente, o SINTEGO percebeu que entre os/as aposentados/as a situação também acontecia e, com isso, o número de servidores/as nessa situação ultrapassa 3.500 profissionais. “Essa injustiça deve ser corrigida,” afirmou a presidenta Bia de Lima.

A secretária para Assuntos do Pessoal Administrativo do SINTEGO, Suely Coutinho, reforçou o empenho do sindicato em defesa dos/as servidores/as administrativos/as. “Atender os/as servidores/as administrativos/as é prioridade para a entidade”, afirmou Suely.

Concurso Público: secretário concorda com o SINTEGO que é preciso fazer rapidamente

Em audiência realizada na SEDUCE, em 02/08, com o secretário de Educação, Cultura e Esporte, Flávio Peixoto, e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima, cobrou a necessidade de realizar mais concursos para suprir o déficit de servidores/as nas unidades educacionais do Estado de Goiás.

Este pedido foi acolhido pelo secretário de Educação, Cultura e Esporte, que se comprometeu a realizar todos os procedimentos para, quando terminar o período proibitivo, pela legislação eleitoral, esteja tudo pronto para a realização do certame. O secretário afirmou, ainda, que se assustou com o número de

50% dos/as trabalhadores/as da SEDUCE serem de contratos temporários.

Participaram da audiência, pelo SINTEGO, a presidenta, Bia de Lima, a tesoureira-geral, Iêda Leal, o secretário de Imprensa, Napoleão da Costa, a secretária do Pessoal Administrativo, Suely Coutinho, a secretária de Igualdade Racial, Roseane Ramos, a secretária da mulher, Marta Maria da Cruz e a diretora, Sônia Maria de Barros, pela SEDUCE, o secretário estadual de Educação, Cultura e Esporte, Flávio Peixoto e o superintendente executivo de Educação, Marcelo Ferreira de Oliveira.

Concurso realizado

O SINTEGO está constantemente cobrando a realização de concursos e, recentemente,

foram realizadas as provas do concurso público para provimento de vagas no cargo de professor, nível III, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE).

Nesse certame, foram oferecidas 900 vagas, sendo 66 para a área de Biologia, 371 para a área de Física, 647 para a área de Matemática e 329 para a área de Química. Elas estão distribuídas em 59 municípios do Estado de Goiás. O SINTEGO cobra a ampliação de mais vagas com novos editais que contemplem todas áreas do conhecimento, bem como para suprir o grande déficit de servidores/as administrativos/as como merendeiras, auxiliares de limpeza, secretaria, entre outros cargos.

GDPI para os/as Professores/as de Apoio

O retorno do pagamento da GDPI para os/as professores/as de apoio das escolas de tempo integral também foi cobrado pelo SINTEGO. A Superintendente de Gestão de Pessoas da SEDUCE, Solange Andrade, disse que resolverá essa questão. O SINTEGO cobrou também para que tenha gratificação de GDPI para os/as servidores/as administrativos/as.

GDPI não cortará faltas justificadas com atestado

Também em audiência, o secretário de Educação, Cultura e Esporte, Flávio Peixoto atendeu a solicitação do SINTEGO e decidiu que o atestado médico suprirá a falta e, portanto, não haverá mais cortes nem perda da GDPI para quem justificar a falta com atestado médico.

Gestão Democrática nas Escolas

Diretores/as Eleitos/as tomam posse SINTEGO lutou e garantiu

As eleições para escolha dos/as novos/as diretores/as das escolas da rede estadual de Goiás aconteceram no último dia 26 de junho. E os/as novos/as diretores/as já tomaram posse no dia 3 de agosto de 2018, para mandato de três anos. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) lutou e garantiu que o processo democrático pudesse ocorrer, ainda no primeiro semestre de 2018 e assim evitar maiores influências partidárias.

Foi uma tarefa árdua! O SINTEGO, além de acompanhar e cobrar a aprovação do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa de Goiás, também compôs a Comissão Eleitoral Estadual, responsável pela organização, fiscalização e acompanhamento de todo o processo.

Agora, o SINTEGO cobra que seja encaminhado a Lei das Gratificações dos/as Diretores/as e do grupo gestor, buscando corrigir para melhorar os valores. “O antigo coordenador/a de merenda, agora é coordenador financeiro, portanto tem mais responsabilidades, então queremos melhorar a



gratificação,” afirma Bia de Lima.

Todos/as os/as diretores/as eleitos/as serão submetidos à avaliações de desempenho, podendo perder o mandato caso haja alguma infração dos critérios estabelecidos para a ocupação do cargo, conforme constam no edital.

Na cerimônia de posse, a pre-

sidenta do SINTEGO afirmou que cada diretor/a eleito/a é a esperança de uma Educação melhor, ela também cobrou investimentos nas unidades escolares e ainda a realização de concurso público para suprir o déficit de servidores/as no Estado. Em suas falas, o governador e o secretário de



Educação, Cultura e Esporte reconheceram a importância do SINTEGO na convocação das eleições.

Chega de Militarização

A Comunidade Escolar deu o seu recado e o deputado se viu obrigado a reverter a decisão de transformar o CEPI Juvenal Pedroso em Escola Militar

A união da comunidade evitou que o Colégio Estadual de Período Integral Juvenal Pedroso fosse militarizado. Na noite de 25/06, uma audiência pública foi realizada na Praça da Vila Pedroso para ouvir a comunidade sobre o interesse dela no processo de militarização do Colégio Juvenal. Na audiência, a comunidade escolar composta de alunos/as, pais de alunos/as matriculados e profissionais do colégio marcaram presença.

Tanta, que desde o começo da audiência o que se ouvia era o coro de alunos/as, professores/as e pais que entoavam: “Não vou querer, não vou deixar, meu colégio virar militar”.

Ao início da audiência, a diretora do CEPI Juvenal Pedroso, Divina Eterna Correia Rocha, de-



monstrou os números que a unidade têm apresentado, sempre com os melhores resultados: “Como Escola de tempo integral o Colégio Juvenal Pedroso apresentou zero de evasão escolar, está entre as 7 melhores escolas públicas de Goiânia no ENEM, está entre as melhores nos resultados preliminares da SAEGO, 80% dos/as nossos/as alunos/as terminam o ensi-

no médio e entram direto na faculdade. Por isso, nós estamos mostrando que o modelo de tempo integral está atendendo aos anseios da comunidade e não há razões para transformar nossa escola em um colégio militar”.

A presidenta do SINTEGO, Bia de Lima, também foi bastante aplaudida pela comunidade escolar na defesa de uma Educação Pública de quali-

dade. “A militarização não é melhor caminho para a Educação. Nós precisamos é de valorização dos/as profissionais. A sociedade carece é de mais professores/as nas salas de aula, pois existe na rede um déficit desses profissionais. Precisamos da polícia é na rua, garantindo a segurança da nossa comunidade,” afirmou a presidenta.

Assim, a audiência seguiu de forma que o deputado que havia entrado com o Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, inclusive lutado para derrubar o veto do Governador ao seu projeto, se viu obrigado a mudar de opinião e declarou que trabalhará para que os efeitos da lei que transforma o CEPI Juvenal Pedroso em colégio militar se façam nulos.

SINTEGO defende melhorias no IPASGO e participação dos/as servidores/as na gestão do Instituto

Para defender o plano de saúde dos/as servidores/as públicos estaduais, o SINTEGO atuou fortemente cobrando melhorias para o Instituto, bem como, manter a excelência no atendimento aos/às usuários/as. Uma das principais questões que o SINTEGO vem cobrando e será atendido é a volta do Conselho Deliberativo do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO com representação das entidades sindicais.

Outra atuação da diretoria do SINTEGO, busca garantir a participação dos/as servidores/as na gestão do Hospital do Servidor Público, inaugurado recentemente e que poderia ser gerido por Organização Social, como queria o governo do estado.

Bia de Lima, presidenta do SINTEGO, foi incisiva durante seu pronunciamento na inauguração do Hospital, “nós, servidores/as públicos/as, usuários/as do Ipasgo, não queremos que nosso Hospital seja gerido por Organização Social. Queremos participar ativamente da escolha e indicação dos/as gestores/as da unidade, fiscalizando, sempre, para que não seja



utilizado como cabide de emprego”.

Sem cotas para exames

O SINTEGO cobrou do IPASGO, que o/a servidor/a não pode ficar prejudicado com a limitação de cotas de exames para os/as prestadores/as de serviços de saúde. O SINTEGO continuará cobrando para que não haja prejuízos aos/às usuários/as.

Reajuste no plano

O SINTEGO também defendeu, durante as rodadas de discussões no IPASGO, onde foi tratado o reajuste no plano de saúde para os/as agregados/as, um melhor estudo do impacto. Para Bia de Lima, os/as usuários/as não conseguirão arcar com um reajuste desta proporção, tendo em vista que os salários não acompanharam os percentuais reajustados.

SINTEGO cobra pagamento das progressões e GDPI



Durante a reunião realizada com o secretário Estadual de Gestão e Planejamento, Joaquim Mesquita, a presidenta do SINTEGO voltou a cobrar o pagamento das progressões dos/as servidores/as da Educação, que estão na Segplan aguardando liberação. De acordo com a presidenta são mais de 2 mil processos de progressão horizontal e pouco mais de 400 processos referentes à progressão

vertical que estão aguardando liberação para pagamento.

Segundo o secretário Joaquim Mesquita os processos referentes as progressões dos/as trabalhadores/as em Educação estão na Junta de Programação Orçamentária e Financeira – JUPOF e será solicitado prioridade a estes processos para que na próxima reunião da JUPOF, possa dar solução a esta questão.

Governo até hoje não pagou o Reconhecer

Em 2018, a SEDUCE ainda não pagou o Bônus Reconhecer. Este foi o primeiro assunto cobrado, na primeira audiência da diretoria do SINTEGO com o secretário de Educação Esporte e Cultura, Flávio Peixoto, realizada no dia 2 de agosto.

Na audiência, o secretário justificou o atraso do pagamento do Bônus Reconhecer pela falta de regulamentação legal e se prontificou a corrigir o problema.

Nesse assunto, o SINTEGO cobrou pagamento do bônus e encaminhou uma proposta de que este seja pago mensalmente. "Mas antes queremos certeza do pagamento dos bônus devidos" afirmou Bia de Lima.

JUSTIÇA

Ação que cobra a diferença do 13º salário dos/as professores/as vai entrar na fase de cálculos

O SINTEGO ganhou na Justiça, que o governo de Goiás pague as diferenças do 13º salário dos anos de 2012 a 2015. A ação coletiva protocolizada pelo departamento jurídico do SINTEGO em novembro de 2016, já transitou em julgado, ou seja, o governo do estado não pode mais recorrer da decisão. A ação entra, agora, na fase de cálculos para posterior execução.

A decisão proferida pela Justiça de Goiás garante aos/as professores/as da rede estadual o recebimento de diferenças relativas ao não pagamento, pelo governo do estado, das diferenças no índice do 13º geradas de reajustes salariais posteriores a janeiro de 2012.

Segundo a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima, esta decisão favorável à categoria corrige a forma que o governo de Goiás estava se valendo para economizar às custas dos/as professores/as.

Ainda segundo a presidenta, a



expectativa é de que em breve, a justiça determine os prazos para que sejam feitos os cálculos dos valores que serão restituídos aos/as servidores/as.

Restituição para os/as administrativos/as

Ela lembrou que tendo em vista que são carreiras distintas, o SINTEGO entrou com ação coletiva na Justiça para que os/as servidores/as administrativos/as, sejam contemplados

pelo pagamento das diferenças do 13º. A ação também já ganha, mas está no prazo recursal. Em breve passaremos os cálculos para que possam receber o que lhes é devido.

“O SINTEGO está atento na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as e é por isto que o sindicato atua em todas as frentes de luta, sejam elas pelo meio das ações na Justiça, sejam pelas mobilizações dos/as trabalhadores/as nas ruas, para garantir os seus direitos”, esclarece Bia.

Cálculos para pagamento da restituição do Ipasgo já estão na justiça aguardando execução.

Agora é só pagar!

A ação judicial, protocolizada pelo SINTEGO, que obriga o Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de Goiás – Ipasgo a restituir os/as trabalhadores/as da Educação da rede estadual, ativos/as e aposentados/as, dos valores descontados indevidamente pelo Instituto no 13º e no 1/3 das férias, durante os anos de 2005, 2006 e 2007, já está nas mãos da justiça para executar o pagamento.

De acordo com a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima, os cálculos que esta-



vam sendo realizados pelo departamento jurídico do sindicato já foram concluídos e devolvidos à justiça para que determine a data para pagamento, por parte do IPASGO, que ainda pode questionar os cálculos, no entanto, no entendimento do SINTEGO, isto não será feito. “Fizemos os

cálculos de todos os/as servidores/as da Educação, filiados/as ou não ao SINTEGO, para que pudessem receber os valores descontados pelo Ipasgo, indevidamente, no contracheque dos/as trabalhadores/as. Foi um trabalho difícil e que exigiu um elevado custo para o SINTEGO, além de um esforço redobrado da nossa equipe”, argumentou. A ação coletiva de execução da sentença de ressarcimento, foi requerida pelo SINTEGO e teve decisão favorável do Tribunal de Justiça em 2015. Esperamos agilidade para o pagamento.

Justiça determina que o Piso Salarial dos/as Professores/as seja pago também a Contratos Temporários do Estado

Uma Sentença Parcial de Mérito foi emitida pela juíza Patrícia Dias Bretas, na ação civil pública protocolada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (SINTEGO) e determina que o Estado de Goiás pague o Piso Salarial Nacional aos/as Professores/as contratados/as temporariamente nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2016. O Governo ainda pode recorrer da sentença.

Para a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima, a sentença é uma importante vitória. O SINTEGO entrou com o pedido para que o Governo de Goiás cumpra com os deveres estipulado pela Lei Federal 11.738/08, Lei do Piso dos/as Professores/as, que institui o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação básica.

“Essa sentença beneficia milhares de professores/as que prestaram seus serviços ao Governo do Estado de Goiás e merecem reconhecimento. Pois, a Lei do Piso Salarial Nacional não discrimina entre os/as professores/as efetivos/as ou de contratos temporários”, afirmou a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima.

Para deferir a sentença, a juíza Patrícia Dias Bretas, partiu da interpretação de que o piso salarial traduz o patamar mínimo de contratação em certa categoria, à luz da lei.

“Não se trata de equiparação dos/as servidores/as temporários/as para com os/as professores/as de carreira, uma vez que não há equiparação em vencimentos, mas tão somente de observância do mínimo existencial a esses profissionais que são a base para a formação humana e intelectual da sociedade” afirma a juíza na sentença.

Tabela de Reajuste Salarial - 2018

Professores da Rede Estadual Goiás

Reajuste de 6,81%

QUADRO PERMANENTE								
REFERÊNCIA / VALOR (R\$)								
CARGO	C.H	A	B	C	D	E	F	G
PI	20	1.235,31	1.260,02	1.285,22	1.310,92	1.337,13	1.363,88	1.391,15
	30	1.852,97	1.890,02	1.927,82	1.966,37	2.005,70	2.045,81	2.086,74
	40	2.470,62	2.520,03	2.570,44	2.621,84	2.674,29	2.727,77	2.782,33
PII	20	1.272,49	1.297,94	1.323,90	1.350,37	1.377,38	1.404,93	1.433,03
	30	1.908,72	1.946,90	1.985,84	2.025,56	2.066,07	2.107,39	2.149,54
	40	2.544,96	2.595,86	2.647,79	2.700,74	2.754,76	2.809,86	2.866,05
PIII	20	1.669,63	1.703,01	1.737,07	1.771,82	1.807,26	1.843,40	1.880,26
	30	2.504,42	2.554,53	2.605,61	2.657,72	2.710,88	2.765,10	2.820,40
	40	3.339,26	3.406,04	3.474,16	3.543,65	3.614,52	3.686,81	3.760,55
PIV	20	1.882,52	1.920,17	1.958,56	1.997,73	2.037,69	2.078,44	2.120,02
	30	2.823,76	2.880,24	2.937,85	2.996,61	3.056,54	3.117,67	3.180,02
	40	3.765,01	3.840,31	3.917,12	3.995,46	4.075,37	4.156,88	4.240,02

Tabela de Reajuste Salarial - 2018

Professores da Rede Estadual Goiás

Reajuste de 6,81%

QUADRO TRANSITÓRIO								
REFERÊNCIA / VALOR (R\$)								
CARGO	C.H	A	B	C	D	E	F	G
P-AA	20	961,82	981,06	1.000,68	1.020,69	1.041,10	1.061,93	1.083,17
	30	1.442,73	1.471,58	1.501,02	1.531,04	1.561,66	1.592,89	1.624,75
	40	1.923,64	1.962,11	2.001,36	2.041,38	2.082,21	2.123,85	2.166,33
P-AB	20	1.018,38	1.038,74	1.059,52	1.080,71	1.102,32	1.124,37	1.146,86
	30	1.527,47	1.558,02	1.589,18	1.620,96	1.653,38	1.686,45	1.720,18
	40	2.036,56	2.077,29	2.118,83	2.161,21	2.204,44	2.248,52	2.293,49
P-AC	20	1.074,83	1.096,33	1.118,26	1.140,62	1.163,43	1.186,70	1.210,44
	30	1.612,30	1.644,54	1.677,44	1.710,98	1.745,20	1.780,11	1.815,71
	40	2.149,76	2.192,76	2.236,61	2.281,35	2.326,97	2.373,51	2.420,98
P-AD	20	1.272,49	1.297,94	1.323,90	1.350,37	1.377,38	1.404,93	1.433,03
	30	1.908,73	1.946,91	1.985,84	2.025,56	2.066,07	2.107,39	2.149,54
	40	2.544,98	2.595,88	2.647,79	2.700,75	2.754,76	2.809,86	2.866,06

SINTEGO participa de Audiência com procurador-geral do Estado e secretário de Educação

A presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), Bia de Lima, esteve reunida em audiência, no último dia 28 de agosto, com o procurador-geral do Estado, Luiz César Kimura e o secretário estadual de Educação, Cultura e Esporte, Flávio Peixoto, com o objetivo de tratar de pontos que afligem toda a categoria.

Durante a audiência, foram enumerados pontos importantes como por exemplo a questão das progressões, que estão suspensas por conta da Emenda Constitucional 55, que congelou os gastos com a Educação, Saúde e Segurança.



FORAM TRATADAS AS SEGUINTESS QUESTÕES:

1 - Questão salarial dos/as administrativos/as

Desde 2011 que o estado usou um entendimento jurídico que muito tem prejudicado justamente aqueles que ganham os menores salários. Ao incorporar ao vencimento inicial os direitos individuais como quinquênio e gratificação de incentivo funcional, afim de atingir o valor do salário mínimo. Muitos perderam cerca de 300 reais ou mais. Esta alteração na forma de compor o vencimento inicial do/a servidor/a administrativo gerou uma grande injustiça. O SINTEGO tem trabalhado para reverter isso.

A SEDUCE informa que esta alteração ocorreu em decorrência de interpretações da Procuradoria Geral do Estado - PGE, o que motivou o SINTEGO levar ao procurador-geral este problema, e assim buscar solução. O procurador-geral, Luiz Kimura, afirmou que irá verificar a situação mas já

adiantou que a questão demanda recursos e, portanto, deve partir da Casa Civil. Para isso o Secretário de Educação, Flavio Peixoto, vai agendar com o governador. “Pedimos agilidade para solucionar esta injustiça,” afirmou a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima.

2 - Licença para o Mestrado

A PGE passou a ter uma interpretação que tem atrapalhado aqueles/as profissionais que fizeram o Mestrado e/ou Doutorado e tiveram garantida a licença para aprimoramento, mas agora este tempo não está sendo contado para efeito de obter aposentadoria especial.

A presidenta Bia expôs o transtorno, que o entendimento da Procuradoria Geral do Estado tem causado e que tem resultado em centenas de processos judiciais visando garantir um direito previsto no Estatuto do Magistério.

“Essas interpretações equivocadas nos levam a crer no uso de má fé do Poder Público com os/as professores/as, já que ao

solicitar a licença para qualificação, este/a não é informado/a que poderá perder sua aposentadoria especial de 25 anos, para mulher, e 30, para o homem,” declarou a presidenta Bia na audiência.

O procurador-geral afirmou que vai olhar a questão e depois informará ao sindicato. O SINTEGO repassará todas as informações à categoria por seus canais de comunicação.

3 - Progressões

Por conta da Emenda Constitucional 55 (Pec da Morte) aprovada no ano passado, fica a Educação impedida de garantir as progressões. Só a Educação, nenhuma outra categoria vai ficar impedida de ter este incentivo. O procurador-geral disse que este assunto deve ser tratado primeiramente na Casa Civil, para posteriormente encaminhar à Assembleia Legislativa lei propondo alteração e assim evitar este imenso prejuízo àqueles/as que buscam qualificar para oferecer um desempenho de alto nível nas

escolas públicas de Goiás.

4 - Aposentadoria dos/as professores/as que estão nas escolas profissionalizantes

Todos os/as servidores/as que hoje estão na Secretaria de Desenvolvimento (antiga Sectec), e que prestaram concurso para professores/as da SEDUCE, e continuam em sala de aula, o entendimento do SINTEGO é que eles não podem perder sua aposentadoria especial, o que está ocorrendo.

Na audiência, a presidenta do SINTEGO, expôs detalhadamente esta questão. O procurador-geral se mostrou sensível e ficou de olhar o problema e trazer solução.

5 - Averbação de tempo de serviço

Está sendo contado apenas os dias trabalhados e não o período integral daqueles/as profissionais que trabalharam em regime pró-labore e agora estão buscando averbar este tempo de serviço. O SINTEGO tem entrado na Justiça para resguardar os direitos da categoria e ganhando inúmeras ações de tal forma que, este assunto já está consolidado no Tribunal de Justiça.

Por conta da recusa da GOIASPREV em contar o tempo integral, a Procuradoria Geral do Estado refez seu parecer e isto tem gerado um transtorno e levado o SINTEGO a protocolar centenas de processos na Justiça.

Mesmo tendo o assunto pacificado no Tribunal de Justiça, na audiência ficou de se buscar a solução da questão naz GOIASPREV. O secretário de Educação se prontificou em acompanhar a presidenta do SINTEGO em audiência na GOIASPREV para resolver este problema.



**MUITO SOL
ALEGRIA E
DIVERSÃO!**

**VENHA DESFRUTAR DO NOSSO ESPAÇO DE LAZER
NO CLUBE DO SINTEGO EM CALDAS NOVAS**

Fone: 62.3291.8383
CENTRAL DE RESERVAS: Email: reservas@sintego.org.br

**CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO
E RECADASTRAMENTO**
FILMAR PARA CRESCER. RECADASTRAR PARA FORTALECER



**O SINTEGO FAZ 30 ANOS
E QUEM GANHA PRÊMIOS É VOCÊ!**



TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO

O SINTEGO OFERECE

Hospedagem em Goiânia bem localizada.

Situada na rua 83-A, nº 58, Setor Sul, a Hospedagem conta com 109 leitos, veículo próprio para locomoção de hóspede em tratamento de saúde, refeitórios, lavanderia, garagem com cinco vagas, sala de televisão.

Fone: (62) 3223.9651